

## **1964-2014: uma análise crítica historiográfica do Regime Militar brasileiro**

Natália Cristina Batista\*

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014, 365p.

Por ocasião da efeméride dos cinquenta anos do golpe militar brasileiro, muitas publicações voltaram-se para a análise do golpe e da ditadura que se instalou no pós-64. Tem-se discutido a sua duração, o papel da sociedade civil, a resistência democrática e armada, o campo cultural, a atuação do legislativo, o papel das universidades, para citar apenas alguns exemplos.

Diante das múltiplas possibilidades temáticas e da grande quantidade de fontes disponíveis, a disciplina histórica produziu poucos livros<sup>1</sup> que analisam esse período de forma abrangente e conjuntural, talvez pela própria dificuldade de empreender tal projeto. Na ocasião do quarentenário do golpe, muitas pesquisas foram produzidas, mas a maior parte concentrou-se em temáticas específicas e acabaram por não permitir uma visão geral do que foram os vinte e um anos de ditadura no Brasil em uma única obra. Em razão da própria efeméride e da ampliação do campo de pesquisa histórica nos últimos anos, essa produção se avolumou em 2014. Vários livros foram lançados sobre a temática e alguns tentaram reconstruir o panorama mais abrangente sob a perspectiva da disciplina histórica.

O livro **1964: História do Regime Militar Brasileiro** se insere dentro dessa vertente. A obra tenta sintetizar o conturbado contexto da ditadura militar brasileira perpassando diversas temáticas, como a crise do governo João Goulart, a participação civil, os conflitos internos no seio do poder, o papel da cultura no campo da resistência, dentre outros.

---

\* Mestre em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pesquisadora do Grupo História e Culturas Políticas e do Núcleo de História Oral (NHO) da Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>1</sup> Entre 2002 e 2004 o jornalista Elio Gaspari lançou quatro livros que tentavam construir esse panorama: **A ditadura envergonhada**, **A ditadura escancarada**, **A ditadura derrotada** e **A ditadura encurralada**.

A obra tem autoria do historiador Marcos Napolitano, professor livre-docente do Departamento de História da USP. Com conhecida trajetória no tema, o autor dá uma importante contribuição para compreensão histórica e historiográfica do período. A partir de referências documentais e de variadas leituras sobre o período (memórias, ensaios, livros históricos, teses, dissertações) o autor elabora um interessante panorama da Ditadura Militar Brasileira. Interessante especialmente por três aspectos: a opção de construção narrativa; a reflexão sobre o papel do historiador; e, por fim, o posicionamento claro no que tange as diversas polêmicas instituídas dentro do campo historiográfico com relação ao golpe e ao regime.

Analisando o primeiro aspecto, percebe-se que o autor optou por construir uma narrativa que pudesse ultrapassar os muros da academia. Muitos historiadores queixam-se de seus livros não atingirem o grande público, mas poucos estão dispostos a modificar a sua linguagem acadêmica e torná-la mais acessível. Dessa maneira, escrito de forma clara, didática e sem academicismos desnecessários, o livro contribui para uma compreensão do período da ditadura em linguagem simples, mas sem correr o risco de ser banal ou superficial.

No que tange ao segundo aspecto, Napolitano explicita o lugar social de sua fala. Não é perceptível, na obra, nem a militância pela memória, nem a militância pelo conhecimento “verdadeiro”. Ele assume a posição de historiador, mas reitera que o exercício de distanciamento do pesquisador negocia também com a memória, tendo ele vivido boa parte de sua infância e juventude sob o regime militar. Ainda que aceite a presença da subjetividade em sua narrativa é feito um esforço intelectual de tratar os temas de forma analítica e com base documental. Segundo ele, “O historiador não é bombeiro nem juiz. Não resgata e não condena. Tenta compreender, criticar, apontar contradições, estabelecer conexões plausíveis a partir de uma argumentação baseada em indícios deixados pelas fontes”. (NAPOLITANO, 2014, p. 17). Pode-se dizer que o esforço reflexivo é notado na obra, tanto no que tange a documentação, quanto na análise atenta da discussão historiográfica sobre o assunto.

Outro aspecto relevante diz respeito à capacidade de diálogo estabelecida com a bibliografia produzida sobre o período (não se restringindo apenas aos historiadores). Assume-se uma posição crítica e respeitosa sobre as obras e as discussões sustentadas por elas. Parte-se de discussões já existentes no campo, ampliando-as para o debate e sua compreensão no presente. O autor não se exime de dar sua contribuição, sugerindo novas apropriações e avançando em muitas questões, permitindo, assim, que seu

interlocutor acompanhe o percurso intelectual da temática em questão. Parece existir o interesse de situar o leitor não só no contexto histórico, mas também da discussão historiográfica do período. Ao narrar os fatos históricos é demonstrado não apenas os próprios “eventos”, mas as diversas possibilidades de construção de narrativas e de leitura dos mesmos. Raramente encontramos tais características em livros destinados ao grande público, consistindo, assim, em uma instigante abordagem.

A estrutura da obra consiste em uma apresentação, doze capítulos temáticos e não numerados, um tópico com as notas de rodapé e um breve currículo do historiador ao final. Na apresentação, o autor faz uma breve introdução da temática, posiciona-se contrário a algumas visões hegemônicas e na primeira pessoa explica que procurou “[...] analisar o período sem partir de uma vilanização fácil dos atores políticos, sem julgá-los de maneira simplista conforme minhas simpatias ideológicas, apesar de elas obviamente aparecerem ao longo do texto”. (NAPOLITANO, 2014, p. 11). Tal perspectiva pretende dar ao leitor uma visão geral das perspectivas pessoais e historiográficas que serão abordadas no decorrer do texto.

A mesma proposta é seguida na nomeação dos capítulos. Ao mesmo tempo em que indicam o eixo temático do tópico, explicitam também a posição do autor sobre os temas comumente conhecidos. Ainda que siga uma estrutura relativamente cronológica, alguns tópicos se deslocam temporalmente no texto, permitindo um “ir e vir” no tempo histórico. A sequência do livro conta com a seguinte divisão: “Utopia e agonia do governo Jango”, “O carnaval das direitas: o golpe civil-militar”, “O mito da “ditabranda”, “No entanto é preciso cantar: a cultura entre 1964 e 1968”, “O martelo de matar moscas: os anos de chumbo”, “Nunca fomos tão felizes: o milagre econômico e seus limites”, “A primavera nos dentes: a vida cultural sob o AI-5”, “Letras em rebeldia: intelectuais, jornalistas e escritores de oposição”, “A democracia relativa: os anos Geisel”, “A sociedade contra o Estado”, “Tempos de caos e esperança” e “A ditadura entre a memória e a história”. Nesses eixos temáticos é possível perceber os principais enfoques dados pelo autor, assim como a seleção que faz diante de um tema tão abrangente.

Em alguma medida, podemos considerar que as principais análises do livro recaíram nos seguintes temas: os antecedentes do golpe civil militar de 1964; a negativa veemente de que o período de 1964-1968 pudesse ser considerado uma “ditabranda”; o papel da cultura e dos intelectuais no contexto anterior e posterior ao AI-5; a violenta repressão do Estado; as guerrilhas urbanas e rurais; a refutação da tese do “milagre

econômico”; os limites da “abertura” proposta pelo Presidente Geisel; o “desencantamento” da sociedade civil com o regime militar; a agonia dos últimos anos da ditadura; e a forma como a sociedade lida com a memória e a história desse período no presente.

Pesquisadores do período podem considerar que a abordagem global não permite a verticalização de algumas discussões importantes para a temática. Alguns leitores fora do eixo Rio-São Paulo também poderiam sentir-se pouco contemplados na análise, já que a maioria das fontes direciona-se para eventos ocorridos na região Sudeste, com especial enfoque nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Ambas as questões são relevantes e apontam para as dificuldades na construção de uma análise macro. De todo modo, seria muito improvável que uma única obra pudesse dar conta de toda a complexidade e dos múltiplos contextos desse período tão conturbado.

No espaço concedido para as notas de rodapé, o autor tenta apontar para algumas discussões não contempladas no livro, mas seu principal objetivo parece ser demarcar o debate historiográfico, assim como possibilitar ao público leitor o conhecimento de novas pesquisas sobre o tema. As notas dão assim uma ideia da densidade documental utilizada e todo o *corpus* de leituras que deram suporte a elaboração do livro.

Napolitano tenta compreender e se posicionar em diversos pontos polêmicos da historiografia do período. Rejeita a tese de culpabilização única do presidente João Goulart, assim como trabalhos que interpretam que o golpe militar de 1964 deu-se por um processo de radicalização das esquerdas ou mesmo por uma “paralisia decisória” do poder executivo. O autor defende que “[...] em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadores e antirreformista, cujas origens estão muito além das reações aos eventuais erros e acertos de Jango.” (NAPOLITANO, 2014, p. 11). Em sua perspectiva, o golpe é decorrência de uma profunda divisão da sociedade brasileira, que tinha como horizontes de expectativa projetos distintos para a condução política do país: um direcionava-se para a modernização e outro para as reformas sociais. O contexto mundial da Guerra Fria, das revoluções socialistas do século XX e a participação dos Estados Unidos com a “Operação Brother Sam” não são ignorados na análise. Ele compreende-as dentro do contexto brasileiro, mas não tira a autonomia da sociedade brasileira de escrever sua própria história indiferente das posições políticas externas assumidas no momento em que o tempo é vivido.

No que se refere à participação da sociedade civil, o historiador não compartilha da perspectiva de uma “ditadura civil-militar”. Mesmo compreendendo o papel da sociedade no processo, ele interpreta que o poder decisório efetivo sempre esteve sob guarda dos militares. Pode-se considerar o golpe como civil-militar. No entanto, com pouco tempo ele se transmutou para um regime militar, onde os militares excluíram a direita civil e assumiram as regras do jogo. Um bom exemplo colocado no livro diz respeito ao afastamento de Juscelino Kubitschek, Carlos Lacerda e Adhemar de Barros pelo regime militar. Para o autor, este seria mais um indício da sistemática ocupação do Estado no pós-64.

Nessa perspectiva, contesta-se também a tese de que o regime foi uma alternância contínua entre “duros” e “moderados”. Reduzir as Forças Armadas a dois blocos hegemônicos seria negar toda a complexidade existente no seio do poder, oscilante e parcialmente imprevisível durante toda a ditadura militar.

Outra forte contestação refere-se ao conceito de “ditabranda”, que o autor denomina inclusive como “mito” da ditabranda, diante das inverdades que a expressão consolidou no senso comum. Ele rejeita essa interpretação e aponta dois objetivos básicos do autoritarismo implantado em 1964: destruir a elite intelectual reformista e cortar os laços dessa elite com os movimentos sociais, especialmente o movimento operário e o camponês. Se a classe média foi parcialmente poupada até o AI-5, o mesmo não se refere às classes populares, que já no período 1964-1968 foram duramente reprimidas pelo aparato estatal. Para além da violência do Estado, o autor atribui ao Presidente Castelo Branco o papel de “construtor” institucional do regime, justificando que nele foram editados quatro Atos Institucionais, a Lei de Imprensa e a nova Constituição (NAPOLITANO, 2014, p. 69-73). Para desconstruir a tese da “ditadura envergonhada”, defendida por um jornalista liberal como Elio Gaspari, aponta-se também diversos dados de cassações e deposições efetuadas no período posterior à intervenção militar. Percebe-se que, nos anos iniciais, a ditadura esteve longe de ser “branda” ou “envergonhada” e o fato do governo tentar lhe dar legitimidade institucional não modifica a história.

O “milagre” econômico também é muito relativizado. Ao analisar o slogan oficial dos anos 1970 intitulado “Nunca fomos tão felizes”, percebe-se toda a ambiguidade da sociedade brasileira. De acordo com o pesquisador, “[...] nenhum historiador sério, mesmo mais à direita, questiona que o desenvolvimentismo sem democracia imposto pela ditadura militar teve um alto custo social”. (NAPOLITANO,

2014, p. 149). Para exemplificar tal afirmativa são expostos dados sobre a perda do salário mínimo, a concentração de renda nas camadas privilegiadas e o aumento considerável da desigualdade social. Em alguma medida, assume-se com respaldo teórico a emblemática frase do presidente Médici: “O Brasil vai bem, mas o povo vai mal”. (NAPOLITANO, 2014, p. 166). Ainda sobre o aspecto econômico do regime militar propõem-se uma divisão em fases da política econômica brasileira, que visa explicar o contexto de forma abrangente e didática.

O governo Geisel tem uma detida análise na obra em destaque. Ao perceber as contradições do próprio sujeito histórico, percebem-se também as contradições de seu próprio mandato. A partir da documentação, o autor contesta a tese da historiografia liberal do regime e afirma que não é possível falar de democracia ou mesmo de distensão nesse período. Aceita-se a possibilidade de uma relativa “abertura” a partir de 1977, mas dentro da concepção palaciana, sendo assim, extremamente conservadora.

Ainda que o livro conte com três capítulos destinados ao exame da produção cultural no período da ditadura, sua análise focou os aspectos prioritariamente políticos. Tal eleição foi feita por dois motivos: a longa produção do autor sobre o campo cultural e a possibilidade de divulgar perspectivas ainda não debatidas da obra do historiador. Sobre a análise do campo cultural vale mencionar duas questões: primeiro, as discussões historiográficas sustentadas nos capítulos que tratavam do contexto político não aparecem com grande destaque nos capítulos relacionados ao campo cultural, parece-nos mais um mapeamento da produção cultural do período do que uma análise da produção historiográfica. Segundo, a referência à abordagem estética das obras analisadas. Pela própria extensão do livro, a questão estética não pôde contar com uma análise mais verticalizada, ainda assim, o autor consegue trazer novas informações e desmistificar diversas questões do campo cultural brasileiro no que tange a relação entre arte e política.

Em parte do livro contesta-se versões e fatos “oficialmente” aceitos por parcela considerável da sociedade. Mesmo não sendo uma opção debruçar-se sobre todos esses aspectos, tentou-se apontar alguns que trazem significativas contribuições ao campo histórico. Problematizar questões frequentemente aceitas é abrir espaço para novas interpretações e possibilitar o avanço no debate historiográfico sobre a ditadura militar brasileira. Talvez seja essa a maior contribuição da obra em destaque.

Trata-se, em resumo, de uma leitura obrigatória para todos aqueles que pretendem conhecer esse período, estejam vinculados à academia ou não. Ao

## **Resenha**

---

problematizar a própria historiografia e conseguir narrar os embates de forma compreensível, o autor consegue diminuir as distancias entre a sociedade e a academia e fazer desse período uma história que não diz somente do passado, mas que diz principalmente do presente.

Recebido em março de 2014.  
Aprovado em abril de 2014.